

NA RUA É MEU TRABALHO: ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE OS CAMELÔS E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MANAUS NA DÉCADA DE 1970¹

EN LA RUA ES MI TRABAJO: ANÁLISIS DE LOS CONFLICTOS ENTRE LOS TRABAJADORES AMBULANTES Y EL PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MANAUS EN LA DÉCADA DE 1970

**Rubens Rodrigues da Silva²
Eduardo Gomes da Silva Filho³**

RESUMO:

Este estudo faz uma reflexão sobre a ação dos camelôs da cidade de Manaus na década de 1970, a partir da análise de notícias veiculadas pelo jornal A Crítica e do depoimento de cinco camelôs que iniciaram o exercício do seu ofício na mencionada década. Diante de tais circunstâncias, os camelôs constituíram diversas formas de resistência, através da organização de táticas cotidianas como a estrutura móvel de suas bancas, própria para facilitar eventuais fugas diante da presença dos agentes municipais, a criação de uma rede de sociabilidades em seu espaço e o constante retorno as ruas, após ações de desocupação.

PALAVRAS-CHAVE: Manaus; Camelôs; Resistência.

RESUMEN:

Este estudio hace una reflexión sobre la acción de los camellos de la ciudad de Manaus en la década de 1970, a partir del análisis de noticias transmitidas por el periódico A Crítica y del testimonio de cinco camellos que iniciaron el ejercicio de su oficio en la mencionada década. Ante estas circunstancias, los camellos constituyeron diversas formas de resistencia, a través de la organización de táticas cotidianas como la estructura móvil de sus bancas, propia para facilitar eventuales fugas ante la presencia de los agentes municipales, la creación de una red de sociabilidades en su espacio y el constante retorno a las calles, después de acciones de desocupación.

PALABRAS CLAVE: Manaus; vendedores ambulantes; Resistencia.

A presente pesquisa objetivou analisar os conflitos e controvérsias a respeito das posturas adotadas pelo poder público municipal de Manaus-AM referentes às práticas de trabalho dos camelôs/marreteiros na década de 1970. Procurou-se conhecer através das vozes dos entrevistados, como ocorreu o processo de implementação das práticas de trabalho informal dos camelôs.

¹ Esse artigo é uma adaptação da minha Monografia, desenvolvida durante a Pós-Graduação em História e Historiografia da Amazônia na Faculdade Boas Novas, sob a orientação do Prof. Eduardo Gomes da Silva Filho.

² Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

³ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas- (UFAM). Professor da Universidade Federal de Roraima. E-mail: eduardo.filho@ufr.br



A década de 1970 foi eleita para as análises por ter sido palco de constantes conflitos entre os camelôs e o poder municipal, impulsionado pelo aumento do número desses vendedores que se espalharam pelas principais ruas da cidade, em especial, na Avenida Eduardo Ribeiro. O surgimento da Zona Franca de Manaus-AM, em 1967, transformou Manaus em um grande entreposto comercial. Essa eclosão produtiva favoreceu o surgimento de um quantitativo significativo de trabalhadores vindos do interior do estado e de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida, fato que aumentou a oferta de mão de obra, nem sempre absorvida pelos setores formais da economia.

Em contrapartida, o poder público municipal começou a se voltar contra as atividades dos camelôs, justificando que seu demasiado fluxo no centro da capital favorecia a ocorrência de pequenos delitos e dificultava o tráfego de pessoas. Diante desse cenário, a prefeitura se dispôs a combater essa modalidade de trabalho, por vezes determinando que agentes públicos recolhessem seus produtos e fiscalizassem essa atividade.

Além disso, houve propagação depreciativa do trabalho dos camelôs em jornais e decretos, que foram constituídos para impedi-los de exercer suas atividades. Observando esse aspecto conflitante, ficou claro, que trabalhar na rua era um constante desafio para um grande número de homens e mulheres que diariamente precisavam garantir o sustento familiar, logo o objeto estudado procurou lançar luz sobre um impasse entre o poder público municipal e os camelôs.

A pesquisa buscou compreender os camelôs/marreteiros como sujeitos construtores de sua própria história, indo além do viés econômico. Pois, é sabido que diante da opressão imposta pelo poder municipal, que vinculava frequentemente a presença dos camelôs nas ruas do centro de Manaus a práticas negativas, como por exemplo, o furto e o acúmulo de sujeira, bem como a repressão associada a forte fiscalização, esses trabalhadores criaram estratégias para garantir a sua permanência nesses locais de trabalho, estabelecendo uma experiência própria, ligada as peculiaridades do seu cotidiano.

O conceito de cotidiano foi trabalhado a luz das reflexões realizadas por Agnes Heller⁴, onde a autora desvela que trabalhar o cotidiano é trabalhar com as atitudes do dia a dia do homem, ou melhor, dizendo, é trabalhar o homem como ser integral, simultaneamente particular e genérico, o que ocasiona perceber que a História não é tecida apenas pelos grandes acontecimentos e nomes, mas pelas pessoas comuns em seus hábitos diários, sendo praticada por todas as pessoas, em todos os instantes de sua existência.

⁴ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.



Ao analisar os jornais e as entrevistas, buscou-se iluminar o dia a dia das pessoas comuns, em seu fazer-se pela cidade. Compreendeu-se desta maneira, que o cotidiano está inserido na dinâmica das transformações, é aonde a vida acontece de fato. Deste modo, observar o cotidiano permite saber como determinados discursos permeiam a sociedade, pois é neste espaço que as pessoas colocam em funcionamento todos os sentidos que dão para a vida, todas as suas capacidades intelectuais, sentimentos, paixões, ideias, interesses e credos.

Segundo Maria Izilda Santos de Matos, explorar o cotidiano é desvendar a pluralidade da rede de relações que envolve as pessoas em suas vivências diárias. É fugir dos dualismos e polaridades, questionando as dicotomias,⁵ mostrando que a realidade é sempre bem mais complexa que qualquer esquema que tenha o intuito de enquadrá-la ou representá-la.

Para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa recorreu-se ao uso das fontes orais. De acordo com Verena Alberti, o número de entrevistados deve ser “suficientemente representativo para engendrar uma análise comparativa consistente”⁶. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com cinco sujeitos que exerciam o ofício de camelô na década de 1970 e ainda se encontram em atividade.

As fontes orais foram encaradas como uma maneira de se chegar ao conhecimento dos fatos vivenciados no momento histórico ora destacado, cujas fontes escritas não revelariam todos os sentidos circulantes.⁷ Destarte, com estas fontes foram analisados os conflitos ocorridos entre camelôs e o poder municipal na década de 1970 através da ótica dos trabalhadores, considerando que as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”.⁸

As notícias publicadas pelo jornal A Crítica⁹ também foram fundamentais para uma compreensão dos conflitos entre Prefeitura e camelôs, através delas foi possível observar a ótica do poder municipal e dos comerciantes locais, que buscavam combater o comércio informal visto como uma concorrência desleal por estarem livres dos impostos e demais encargos inerentes ao comércio legalmente estabelecido.

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁶ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 37.

⁷ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente?* In: Projeto História, São Paulo, n. 14, 25-39, fevereiro de 1997, p.37.

⁸ MENEGOLO, Elizabeth D. da C. W; CACIONILA, J. Cardoso; MENEGOLO, Wallace Leandro. *O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual*. In: Ciência e cognição, v. 09, 2-13, novembro de 2006.

⁹ O Jornal A Crítica foi fundado em 1949, pelo jornalista Umberto Calderaro Filho.



Ao utilizar a imprensa como fonte, levou-se em consideração a que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”.¹⁰

Assim, a relação entre o acontecimento e a narração feita sobre ele pelos periódicos, foi problematizada para a compreensão do que foi dito, como foi dito e por que foi dito, bem como daquilo que foi silenciado.

Marreteiros em Manaus: Cidade, Trabalho e Instituições de Controle

Em Manaus a atividade comercial de ambulantes e camelôs existe há muito tempo. Como nos mostram os trabalhos dos historiadores Deusa Costa, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Otoni Mesquita, que se debruçaram sobre a análise da cidade manauara no final do século XIX e início do século XX e descrevem em suas obras a presença de camelôs nas principais ruas da cidade.¹¹

A partir de 1970, acentuou-se a densidade demográfica em Manaus devido à implantação da Zona Franca em 1967.¹² O aumento considerável da população, ilustrado no quadro abaixo, deve-se ao grande número de trabalhadores vindos do interior para a capital e ainda de outros estados do país, atraídos pela possibilidade de trabalharem nas indústrias que se estabeleciam no polo recém-implantado.¹³

Quadro 1 – População de Manaus nos Censos Demográficos (1940/1970)

1940	1950	1960	1970
106.399	139.620	175.343	314.197

Fonte: Dados disponíveis em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

¹⁰ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.p. 111-153. p. 139.

¹¹ Ver: COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)*. Manaus: Valer, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899/1925)*. 3. ed. Manaus: FUA, 2015.

MESQUITA, O. M. *A imagem da cidade*. Canoa do Tempo (UFAM), v. 01, p. 97-119, 2007.

¹² Cf. SILVA, M. P. M.; MESQUITA, O. M. *Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque industrial de Manaus*. Manaus: Edua- Editora da Universidade do Amazonas, 2010.

¹³ BOTELHO, Antônio José. *Redesenhando o projeto ZFM – um estado de alerta (uma década depois)*. Manaus: Valer, 2006.



A grande mão de obra vinda para a capital amazonense não era totalmente absorvida pelo mercado de trabalho, levando diversos trabalhadores a exercerem atividades no comércio informal. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, a baixa escolaridade é apontada como um dos fatores determinantes para sua exclusão do mercado formal de trabalho. Como mostra o depoimento de Manuel Brito da Rocha:¹⁴

Eu escolhi essa atividade porque naquela época eu cheguei em Manaus e não tinha estudo, condições e profissão, pedreiro, carpinteiro, essas coisas, aí eu entrei na venda, comprando e vendendo, foi aonde eu achei que dava para trabalhar, ganhar um dinheirinho e sobreviver. Eu sou casado, pai de cinco filhos, mas não trouxe nenhum filho pra rua, eu estava porque não podia mais sair, tinha que continuar. Tenho duas filhas formadas, Graças a Deus! Com o meu sacrifício trabalhando na rua.¹⁵

Na década de 1970, a Prefeitura Municipal de Manaus empreendeu diversas campanhas para retirar os camelôs das ruas do centro, apoiada pelos jornalistas e por membros da Associação Comercial, como elucida a notícia publicada pelo jornal A Crítica em 07 de fevereiro de 1970:

ADEUS A MARRETA

Polícia Militar, bombeiros municipais e elementos da Delegacia de Ordem Política e Social foram autorizados para providenciar a limpeza do centro da cidade. Não vai ficar nenhum camelô, a ordem é para todos. *A medida foi aprovada há mais de 20 dias numa reunião entre comerciantes e jornalistas na Associação Comercial.*¹⁶

Rosa Maria da E. Coutrim¹⁷, ao analisar o trabalho de ambulantes e camelôs nas ruas de Belo Horizonte destaca que a discórdia entre esses trabalhadores e o poder público era evidente, pois havia uma preocupação com a estética e a higiene consideradas substanciais para uma cidade que pretendia se apresentar como moderna. A autora ressalta ainda que a atividade dos camelôs incomodava os comerciantes, membros das elites locais, que utilizavam a imprensa como sua porta-voz.

A mesma postura parece ter sido adotada na cidade de Manaus, na década de 1970, conforme indica o trecho destacado na notícia acima e o trabalho da historiadora Patrícia

¹⁴ Manoel Brito da Rocha, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016. Manoel é natural de Manaus, trabalha desde a década de 1970 como camelô. Hoje está locado na galeria Espírito Santo entre as ruas Joaquim Sarmiento e 24 de maio no centro de Manaus.

¹⁵ Manoel Brito da Rocha, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016.

¹⁶ Jornal A Crítica, Manaus, 07 de fevereiro de 1970. Grifo nosso.

¹⁷ COUTRIM, Rosa Maria da E. *Ambulantes e camelôs: passado e presente*. Ciência Hoje, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 24-29, janeiro-fevereiro, 2007.



Silva,¹⁸ que ao estudar vivências, trabalhos e embates na área da Manaus Moderna no período de 1967 a 2010 apontou por diversas vezes o alinhamento entre os interesses das elites, do poder público e da imprensa.

Entre as alegações utilizadas pelos comerciantes para exigir o fim da atividade dos camelôs, estava à ausência das responsabilidades tributárias por parte dos mesmos, a sujeira que causavam e a possível relação entre os camelôs e os delitos ocorridos nas ruas, o que justifica a intervenção da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), órgão, criado em 1924, utilizado principalmente durante o Estado Novo e na Ditadura-Civil-Militar de 1964 que possuía entre as suas funções, a incumbência de assegurar e disciplinar a ordem no país.¹⁹

Diante de tal quadro, a resistência dos camelôs se deu em várias frentes como, por exemplo, a desobediência às ordens de desocupação, sempre voltando a comercializar seus produtos, fato mencionado na fala de Antônio Feliciano Matos: “você perdia a mercadoria, ia atrás e não conseguia, aí, quando tinha dinheiro, comprava de novo e voltava para a rua, porque camelô nunca desiste de trabalhar, embora apanhando, ele sempre volta”.²⁰

De acordo com Scott,²¹ a resistência é a arma dos grupos com pouco poder e pode ocorrer de diversas formas, pois não precisa de meios elaborados para ser posta em prática, ela pode se expressar através de práticas cotidianas como dissimulação, fuga, fantasia, difamação e maledicência. A resistência dos ambulantes e camelôs consistia em adquirir novas mercadorias, enfrentar as imposições e voltar para o centro da cidade. Estava presente ainda na rede de relações que criavam entre si e com os demais personagens que com eles dividiam as ruas do centro.²²

Esse movimento de “sempre voltar” foi tratado pelo jornal A Crítica como *a guerra dos camelôs*, expressão que denotava a insistência dos camelôs em permanecer nas ruas mais movimentadas do centro de Manaus exercendo sua atividade, após enérgicas ações por parte da Prefeitura que pretendia retirá-los das principais vias urbanas.

Seguindo os passos de Thompson,²³ este estudo considera os camelôs como agentes históricos que não reagem passivamente às condições impostas, mas intervêm ativamente

¹⁸ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Memórias e Histórias de trabalhadores no Amazonas contemporâneo*. Manaus: EDUA, 2016.

¹⁹ PRIORI, Angelo. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.or>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

²⁰ Antônio Feliciano Matos em entrevista concedida ao autor dessa pesquisa, em Manaus, no dia 27 de outubro de 2016. Antônio é viúvo, natural de Manaus e pai de três filhos. Há quarenta e seis anos exerce a atividade de camelô no centro de Manaus.

²¹ SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

²² Idem COUTRIM, 2007.

²³ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



em seu cotidiano. Thompson ao explicar os motivos que geravam os motins de fome na Inglaterra do século XVIII, apontou que os mesmos eram impulsionados não apenas pela fome, ou seja, pelo viés econômico, mas também por elementos culturais.

Assim como os trabalhadores analisados por Thompson, estavam defendendo direitos e costumes tradicionais, operando dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, os camelôs manauaras resistiam às pressões do poder municipal, convencidos de que o Estado tinha a obrigação de respeitar o direito de exercerem a atividade que lhes garantia o sustento. Pois, se era desejo da Prefeitura lhes retirar das principais ruas do centro da cidade, os camelôs entendiam que deveria existir uma ação municipal que assegurasse o trabalho por eles realizado, construindo ou determinando um local adequado para desenvolverem a sua atividade.

Isso fica evidenciado no depoimento do camelô Luzanira da Silva, que na época em que concedeu entrevista ao Jorna A Crítica, já trabalhava como camelô há vinte e nove anos. A trabalhadora afirmou:

Nunca houve qualquer iniciativa por parte da Prefeitura, para arranjar um lugar próprio e acomodado para realizar a venda, assim como tem em outros lugares mais organizados. Se pelo menos o prefeito conseguisse a área perto da Casa do Povo, próximo a Escadaria dos Remédios e organizasse uma feira, estipulando uma área igual para todos, de maneira que desse para fazer uma barraca, mesmo pagando uma pequena taxa à Prefeitura, seria mais produtivo para todos. Não teríamos preocupações com os guardas da polícia e cada feirante limparia as proximidades da banca.²⁴

A fala de Luzanira esclarece que o poder municipal investia na retirada dos ambulantes e camelôs das ruas, mas não efetivava ações que solucionassem os conflitos com esses trabalhadores. Para eles, a solução estava na criação ou designação de um local próprio para sua atividade. No entanto, as decisões municipais eram sempre no sentido de desocupação das vias públicas, gerando uma *queda de braço* entre a Prefeitura e os camelôs, alimentada pelos interesses dos grandes lojistas que não queriam os camelôs nas calçadas em frente das suas lojas.

Ao tecer estratégias de resistência para sua permanência no centro da cidade, esses trabalhadores foram estabelecendo uma experiência própria, ligada as peculiaridades do seu cotidiano. Aqui o conceito de experiência parte das ideias de Thompson²⁵, que afirma ser a experiência não apenas pensada, mas vivida pelos sujeitos:

²⁴ Jornal A Crítica, Manaus, 23 de março de 1977.

²⁵ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento de seus procedimentos [...] elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou através de formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas.²⁶

Assim, entende-se que as vivências dos sujeitos analisados acabam influenciando a forma com que essas pessoas se relacionam com o mundo a sua volta de maneira concreta e não apenas no campo ideológico. O conceito de experiência thompsiniano nos auxilia sobremaneira, a ressaltar a capacidade de homens e mulheres criarem mecanismos para romper com as condições impostas.

Ao compreender os camelôs/marreteiros como trabalhadores informais, faz-se necessário discutir o conceito de setor informal. Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares²⁷, apontam que o conceito de setor informal se originou a partir de uma formulação realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de um estudo realizado em 1972, no Quênia, que tratava especificamente da problemática do emprego.

São elementos identitários do trabalho informal: as operações em pequena escala, o trabalho familiar, a facilidade de entrada e a qualificação externa ao sistema escolar formal. Tais elementos são facilmente identificados nas falas dos entrevistados. Antônio Feliciano Matos ilustra o aspecto do trabalho familiar:

Isso aqui veio de minha família, sou a terceira geração, já tenho a quinta, tenho duas filhas no ramo, cada um fazendo família. Veio do meu avô, aí meu avô passou pro meu pai, meu pai me criou com essa atividade, e eu criei meus filhos com essa atividade, então eu tenho orgulho do meu trabalho.²⁸

O avô e o pai de Antônio Feliciano eram camelôs, seu envolvimento com a atividade desde tenra idade fez com que ele assumisse a profissão, mais tarde, o mesmo ocorreu com suas duas filhas. A facilidade de entrada e a possibilidade de se iniciar um negócio com poucos recursos, além da baixa escolaridade, foram fatores impulsionadores para ele e para diversos trabalhadores que se lançaram no mercado informal. A exemplo de João Cesário:

²⁶ Op. cit. Thompson, 1981, p. 189.

²⁷ ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho no Brasil: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.

²⁸ Antônio Feliciano Matos, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 27 de outubro de 2016, na cidade de Manaus.



Eu cheguei do Rio de Janeiro há três dias como ainda não arranjei trabalho, estou me ‘virando’ nas ruas. Se você tiver alguma coisa pra gente, estamos aí, mas antes, deixe eu cortar a barba e fazer meu cabelo. João Cesário fica o dia todo perambulando com suas bugigangas pra cima e pra baixo na Marechal Deodoro. Veio aventurar na Amazônia, começando por vender sabonete Lux, americano, meias de nylon e brinquedos de matéria plástica.²⁹

Para que João Cesário iniciasse o seu trabalho de ambulante foi necessário apenas à aquisição de alguns produtos simples como meias, sabonetes e brinquedos, além da disposição de se movimentar pelas ruas de Manaus, exemplificando as operações em pequena escala e a facilidade de entrada.

Os interesses institucionais contrários

Era interesse, principalmente, dos grandes lojistas a desocupação dos marreteiros/camelôs das ruas do centro da cidade. Foram eles que inúmeras vezes pressionaram o poder público a tomar medidas drásticas contra esses trabalhadores. Por força dessa pressão, frequentemente os grandes lojistas convocavam assembleias que envolviam comerciantes, jornalistas, prefeito, secretário de segurança e outras autoridades para coibir a prática do comércio ambulante, considerado ilícito. Como denota notícia divulgada no jornal A Crítica no dia 07 de fevereiro de 1970:

O comércio que paga imposto ganha muito com essas providências da Prefeitura. Estavam passando momentos difíceis: vendas pequenas e valor operacional maior. As providências da Prefeitura Municipal são consideradas pelos comerciantes das mais justas. *Seus reclames foram mais uma vez atendidos*. Uma nova vida começa no comércio da cidade. As lojas vão aumentar suas vendas e os fregueses serão acrescidos.³⁰

A notícia acima ressalta a frequência das reclamações dos comerciantes e deixa claro que a Prefeitura costumava atendê-los. A concorrência entre os estabelecimentos comerciais e os camelôs foi um dos elementos que deu a tônica das contradições da cidade de Manaus na década de 1970, evidenciando em seu âmago lutas e conflitos de classes sociais diferentes, revelando interesses distintos que se confrontavam e conviviam.

²⁹ Jornal A Crítica, Manaus, 05 de dezembro de 1970.

³⁰ Jornal A Crítica, Manaus, 07 de maio de 1971. Grifo nosso.



Nas notícias publicadas pelo Jornal A Crítica, a atividade dos camelôs era constantemente associada aos delitos ocorrentes, à sujeira e a desordem. Em matéria publicada no dia 13 de abril de 1971, foi divulgada a seguinte notícia:

MARRETEIROS NÃO DESISTEM E VOLTAM AO CENTRO DA CIDADE

As ruas do centro estão cheias de marreteiros, toda espécie de vendas é feita na calçada. As ruas Marechal Deodoro, Marquês de Santa Cruz, Miranda Leão, Rua dos Barés e Avenida 7 de Setembro, todo mundo quer vender alguma coisa, os pedestres são obrigados a abandonar a calçada para que se desenvolva *esse comércio marginal*. [...] *E no infernal comércio da marretagem os ladrões estão lado a lado*. Tudo isso acontece por atrair os marreteiros ladrões de diversas localidades.³¹

As expressões grifadas ilustram a forma pejorativa com que comumente camelôs e ambulantes eram retratados pelo Jornal A Crítica. Não raro, observa-se o emprego de termos como “vadios”, “vândalos” e “marginais”, para se referir a eles. Scott³² corrobora que denegrir e ofender faz parte da dominação.

O comércio marginal³³

A teoria da marginalidade vigorou até 1970, e serviu de referência para localizar a origem da discussão sobre o trabalho informal. Essa temática teve forte influência sobre as análises das situações de informalidade, que faziam parte do mercado de trabalho brasileiro.³⁴

O mercado informal era visto como um problema, pois gerava prejuízos de arrecadação para o Estado e deixava os trabalhadores desprovidos dos benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Quanto às origens do trabalho informal, Maria Alves e Maria Tavares indicam que:

As origens do trabalho informal podem ser buscadas numa categoria remanescente de séculos passados que conseguiu sobreviver, mesmo com a implantação do modo de produção capitalista do século XVIII, dando origem a uma forma modificada de produção material. O sistema capitalista criou meios de se apropriar daquelas formas de produção independente e, desse modo manteve-as subordinadas às

³¹ Jornal A Crítica, Manaus, 13 de abril de 1971. Grifos nossos.

³² SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

³³ Aqui o termo marginal faz referência às formas de trabalho à margem da regulação pública.

³⁴ ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho no Brasil: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.



suas flutuações, contrariando as suposições de que haveria uma grande redução do número desses trabalhadores.³⁵

Neste sentido, observa-se que o trabalho informal vem sobrevivendo ao longo dos séculos, apoiado na necessidade gerada pelos meios de produção que não são capazes de absorver toda mão de obra advinda das classes mais empobrecidas. A teoria da marginalidade é também conhecida como teoria do subdesenvolvimento, sugerindo uma intrínseca relação entre subdesenvolvimento e mercado informal. À vista disso, a urbanização dos países latino-americanos foi tomada como exemplo, para demonstrar como as transformações econômicas nem sempre são capazes de agregar a oferta da força de trabalho.

Administração Municipal: medidas desencontradas, insatisfação generalizada

Durante a década de 1970, foram empreendidas várias ações da polícia com o intuito de retirar camelôs e ambulantes das principais ruas da cidade. As movimentações policiais ocorriam em horários estratégicos para que vendedores ambulantes e camelôs não tivessem chance de desenvolver alguma atividade de defesa.

Em notícia publicada pelo jornal A Crítica em 11 de novembro de 1971 é possível perceber a ação impetrada pela Polícia Militar:

Marreteiros deixam cedo as ruas e avenidas do centro

A cidade amanheceu vazia... Marreteiros na cidade já eram... Sete horas da manhã, os soldados da Polícia Militar do estado estavam apostos. As ruas do centro de maior movimentação comercial, Marechal Deodoro, Avenida Sete de setembro, Eduardo Ribeiro, Marquês de Santa Cruz e Barés, suas calçadas livres.³⁶

Essas ações geravam temor momentâneo e agravavam ainda mais a situação econômica desses trabalhadores informais. Após essas investidas da polícia, era possível ver as ruas do comércio vazias e as calçadas desocupadas, porquanto às sete horas da manhã, já se encontravam policiais de prontidão e as varreduras eram constantes, se estendendo pelas ruas mais movimentadas do centro.

O poder público municipal relatava que as mercadorias apreendidas eram doadas às instituições de caridade, hospitais e asilos. As medidas para conter o trabalho dos camelôs eram sempre paliativas, e em algumas vezes, consistiam em alocar os camelôs provisoriamente na descida da Escadaria dos Remédios, ali os camelôs/marreteiros

³⁵ Ibidem, p. 425.

³⁶ Jornal A Crítica, Manaus, 11 de maio de 1971. Grifo nosso.



construíram suas bancas e comercializavam suas mercadorias. Raimundo Nonato Teles lembra que:

Amontoava muita gente não, porque não tinha tanta gente como hoje, o vendedor ambulante naquele tempo, devia ter aquele pessoal que tinha banquinha, devia ser uma faixa de umas cento e poucas pessoas, não era muita gente. Misturava com verdureiro, mas camelô era pouco.³⁷

As memórias de Raimundo Nonato divergem das notícias divulgadas pelo Jornal A Crítica, que mencionam pessoas amontoadas e aumento constante do número de marreteiros. Em épocas onde se previa o aumento do número de turistas na cidade, a repressão era maior. De acordo com notícia divulgada em 14 de janeiro de 1977, a cidade de Manaus aguardava a vinda de 1500 turistas no dia 19 daquele mês, diante disso:

O prefeito em exercício da capital, vereador Irineu Tavares de Melo, decidiu, ontem, antecipar o início da operação fiscalizadora incidente sobre os camelôs que operam nas artérias centrais da cidade, para que até o dia 19, pelo menos, as ruas onde estão instaladas as importadoras da Zona Franca estejam completamente limpas.³⁸

A permanência dos camelôs na Escadaria dos Remédios incomodava os motoristas de táxi, caminhonetas e caminhões de firmas comerciais, obrigados a descer para entregar as compras. O espaço ali para a movimentação dos interessados em compras era estreito, mal dava para passar nos corredores.

Percebe-se que o poder público só transferiu o “problema” para outra parte da cidade, talvez menos frequentada por turistas para assim passar a imagem de uma cidade limpa e organizada. Inexistindo políticas públicas que buscassem solucionar os problemas dos trabalhadores ambulantes e dos camelôs.

É notório que as ações da Prefeitura naquele momento eram inconsistentes, não agradando nem aos lojistas, nem aos ambulantes, pois dentro da ausência de um programa político que assistisse aos interesses envolvidos, as medidas eram provisórias e causavam temor e incertezas nos camelôs que mesmo diante desse cenário se viam obrigados a retomar suas atividades, visto que dela dependia o seu sustento.

As medidas adotadas pelo poder municipal para retirar os trabalhadores ambulantes e camelôs das ruas, possuíam entre os seus objetivos a função de esconder o lado pobre das cidades que almejavam alcançar o *status* de modernas.

³⁷ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016. Raimundo é casado, pai de cinco filhos, natural de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. Exerce a atividade de camelô no centro de Manaus há 43 anos. Atualmente trabalha na Galeria Espírito Santo.

³⁸ Jornal A Crítica, Manaus, 14 de janeiro de 1977.



As soluções apresentadas pela Prefeitura para resolver o “problema” dos camelôs eram consideradas ineficazes, pois esbarravam em interesses contraditórios, de um lado estava o poder municipal querendo “limpar” as ruas do centro da cidade, oferecendo como solução a instalação desses trabalhadores em bairros e ruas afastados, onde o fluxo de pessoas não satisfazia a demanda dos vendedores que se beneficiavam do intenso movimento das pessoas para oferecerem seus produtos e garantirem suas vendas.

A dinâmica e a oferta da cidade

Os camelôs costumavam dar a tônica da atmosfera que envolvia o centro comercial da cidade de Manaus, expondo os mais variados produtos, que iam desde brinquedos eletrônicos, eletrodomésticos, roupas, refeições, discos dos mais variados cantores, entre outros. O comércio dos camelôs estava mais concentrado nas ruas Eduardo Ribeiro, Marechal Deodoro e Sete de setembro. Ao caminhar pelas ruas, ouvia-se o som dos gravadores, tocando no mais alto volume as músicas de Roberto Carlos, Teixerinha e *hits* estadunidenses, melodias que se misturavam às vozes dos camelôs anunciando com humor e afinco os seus produtos aos transeuntes.

Em uma notícia presente no jornal A Crítica do dia 09 de outubro de 1970, o repórter Aldísio Filgueiras³⁹, destacou que as boutiques de Manaus se encontravam repletas de marcas famosas, pertencentes a cidades de tradição no mercado da moda, como por exemplo, Londres, Paris e Nova York, demonstrando que a cidade estava enquadrada na nova dinâmica do mundo global. Na mesma notícia o repórter expõe:

De repente, coisas estranhas começaram a acontecer na capital do Amazonas, dando a Manaus um comportamento muito mais sofisticado do que o usual.

[...] O povo de Manaus agora está por dentro. Inserido no contexto. [...] Em Manaus já não se pensa em termos de Rio de Janeiro ou São Paulo, que há três anos eram os únicos centros civilizados do país. Pra quê? Como diz o anúncio aqui tudo é mais barato. Sabe como é: em primeiro lugar tudo é Brasil, mas em segundo você é amazonense.⁴⁰

³⁹ Antes de ser conhecido como o Poetinha, Aldísio Filgueiras foi uma das principais lideranças do movimento estudantil no interior do tradicional Colégio Estadual do Amazonas entre os anos de 1964 e 1966. Largou a Faculdade de Direito do Amazonas em 1967 encaminhando-se assim para a imprensa. Ver: AMARAL, Vinicius Alves do. *Ou a revolta ou a obediência estúpida: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968)*. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. p. 8.

⁴⁰ Jornal A Crítica, Manaus, 09 out. 1970.



Aldísio Filgueiras se refere às mudanças trazidas pela Zona Franca de Manaus, essas mudanças que modificaram o comportamento dos amazonenses. Dessa maneira, os camelôs diversificaram os seus produtos para atender a um público ansioso por experimentar as novidades do mercado, mas que nem sempre podia ou estava disposto a pagar os preços exigidos pelas lojas.

Para oferecer as novidades a baixo custo, os camelôs recorriam aos produtos falsificados, hoje conhecidos popularmente como piratas. Apesar de possuírem uma qualidade inferior, os produtos falsificados tinham preços mais acessíveis, agradando principalmente as classes mais populares. O mercado de falsificações estava sempre alinhado às novidades, atraindo o interesse dos consumidores.⁴¹

Um diálogo retirado de uma notícia publicada pelo Jornal A Crítica, no ano de 1971, ilustra as afirmações acima, destacando a associação entre camelôs e a venda de falsificados: “*Lancaster, Fleur de Roncalli*, quem vai querer? Leve freguês uma grife é dez, mas faço por nove, só tô ganhando um cruzeiro... Um transeunte indaga: ô bicho! Isso aí não é falsificado lá no Beco do Macedo? Vai enganar outro vai!”⁴²

Os vendedores ofereciam seus produtos em voz alta, marca emblemática dos camelôs, que apostavam em tal artifício para propagandear suas mercadorias e atrair compradores. “– Adquira três sabonetes pelo preço de dois – grita o ambulante para os passantes. [...] O negócio é saber vender a mercadoria. Explica outro ambulante da Rua Marechal Deodoro”.⁴³ Saber vender era necessário para recuperar o investimento realizado na compra das mercadorias.

Redes de contatos: fatores para formação da consciência de classe

Os camelôs e ambulantes criavam uma rede de relações no intuito de manter seu trabalho, tecendo amizades cruciais. Coutrim ressalta: “é nas ruas que esses profissionais tecem amizades, fazem dos trombadinhas⁴⁴ colegas para não se tornarem suas vítimas”.⁴⁵ A pesquisadora Paulina Helena Lima Zambelli, ressaltou em sua Dissertação de Mestrado,

⁴¹ OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

⁴² Jornal A Crítica, Manaus, 13 de fevereiro de 1971.

⁴³ Jornal A Crítica, Manaus, 05 de dezembro de 1970.

⁴⁴ A expressão trombadinha é utilizada para referir-se a menores que vivem nas ruas e andam em bandos, cometendo delitos.

⁴⁵ COUTRIM, Rosa Maria da E. *Ambulantes e camelôs: passado e presente*. Ciência Hoje, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 24-29, janeiro-fevereiro, 2007.p. 25.



defendida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 2006, a importância das relações de sociabilidade estabelecidas entre os camelôs e os diferentes atores sociais no espaço urbano de Belo Horizonte para o bom andamento do trabalho por eles realizado. Zambelli ressalta que apesar da competição e da concorrência, os camelôs se ajudam devido à consciência de que necessitam da proteção e da colaboração uns dos outros.⁴⁶

Desta forma, percebe-se que os camelôs foram construindo um sentimento de pertencimento ao espaço das ruas, este sentimento os unia em laços de solidariedade nos momentos difíceis.

Imprensa X camelôs: uma guerra declarada

De acordo com Nelson Werneck Sodré, é possível estabelecer uma intrínseca relação entre a imprensa e a atividade da classe dominante, portanto ligada a ordem vigente.⁴⁷ Neste sentido, O jornal A Crítica descreveu com frequência o cotidiano de ambulantes e camelôs nas ruas de Manaus na década de 1970, encarando a atividade desses trabalhadores de maneira pejorativa, constantemente associando-os com desordem, sujeira e doenças. A luta entre camelôs e o Poder Público Municipal era descrita como a guerra contra os camelôs.

Assim, entende-se que o Jornal A Crítica estava alinhado aos interesses dos lojistas, cobrando frequentemente uma atitude das autoridades em relação à retirada dos camelos das ruas e exaltando as ações que tentavam pôr fim ao comércio dos camelôs nas principais ruas do centro da cidade.

Constantemente os camelôs eram acusados de prejudicar o trânsito das pessoas e veículos, o fato de ocuparem as calçadas fazia com que os pedestres fossem obrigados a abandoná-las e andar pelas ruas. Denominados pejorativamente de “donos da rua”, a atividade dos camelôs, como já mencionado anteriormente, aparecia como um comércio marginal, associado à desordem, delitos e doenças.

Ao ser indagado sobre uma possível relação entre a sua prática e a propagação de doenças, Avelino Cosme responde:

⁴⁶ ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. *O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares*. 2006. 190 f. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

⁴⁷ SODRÉ, Werneck Nelson. *História da Imprensa no Brasil: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2018.



Imagino que não, até porque a gente é ser humano e todo mundo trabalhava com mercadoria supérflua [SIC] que seria coisa enxuta, bijuterias ou outras coisas a mais, não mercadoria que fosse causadora de trazer esse tipo de inseto que desse essas doenças. Essas doenças sempre a cidade, foi uma cidade que tem muito lixo que traz esse tipo de coisa, não o camelô que trazia esse tipo de doença para a cidade.⁴⁸

Na fala de Avelino a culpa da propagação de doenças está associada a problemas estruturais da cidade, como a coleta insuficiente de lixo. De maneira semelhante, Raimundo Nonato defende seus colegas de profissão: “eu creio que a culpa é da prefeitura, porque não tinha estrutura, porque você sabe que na rua, ali tinha todo tipo de bactéria, então a gente não tinha local adequado para trabalhar né”.⁴⁹

Ao utilizar a imprensa como fonte, é possível mergulhar num universo de “virtualidade ímpar que permite acompanhar no dia a dia o desenrolar de um acontecimento”.⁵⁰

Olha o rapa!

Na manhã do dia 25 de abril de 1972, Raimundo Nonato Maciel estava vendendo maçãs juntamente com seu tio Sebastião, em frente à Lobras, quando de repente, ficaram sem duas caixas de fruta. Eles até tentaram argumentar, mas foi inútil, os guardas apreenderam suas maçãs, comprometendo a atividade dos dois vendedores naquele dia.

Logo pela manhã, as batidas policiais já estavam prontificadas para cumprir as ordens do município. O guarda José Cereja, responsável pelo confisco das caixas de maçã que pertenciam a Raimundo e a Sebastião, ratifica: “a gente não faz isso porque quer, mas sim porque temos que cumprir ordens”.⁵¹

As ordens eram não permitir o comércio dos camelôs nas principais vias do centro. Desta forma, as apreensões eram constantes e geravam correria e desespero entre os vendedores que temiam o prejuízo de ficar sem o seu material de trabalho. As ações de apreensão das mercadorias comercializadas pelos camelôs ficaram conhecidas como rapa.

⁴⁸ Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa em 28 de outubro de 2016.

⁴⁹ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016.

⁵⁰ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Imprensa Periódica como fonte para a pesquisa sobre os direitos do trabalhador. In: SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010, v.1, p. 123-144. p. 124-125.

⁵¹ Jornal A Crítica, Manaus, 26 de abril de 1972.



O anúncio “olha o rapa” significava um instante de euforia, que causava um distúrbio nas ruas do centro da cidade, o recolhimento de mercadorias era uma prática quase que diária. Na fala de Arthur Farias fica evidente o significado dessa expressão:

O rapa era correria né! Quando falavam olha o rapa, a gente tinha que dar no pé, tirar as mercadorias e correr, e sair fora porque, se não, perdia a mercadoria. Tive amigos meu que ficou [sic] traumatizado, outros sofreram do coração, então foi muitas coisas que o prefeito prejudicou nós. Tive amigos que ficou com sequelas.⁵²

Seu Arthur se refere ao governo municipal do Coronel Jorge Teixeira. Nota-se em sua fala que o poder público costumava agir de maneira autoritária, característica do momento político vivenciado pelo país, governado por uma Ditadura Civil-Militar. A postura truculenta dos policiais militares e dos guardas municipais interferia no emocional dos trabalhadores, causando inclusive problemas de saúde.

Para os entrevistados, o verdadeiro destino das mercadorias apreendidas era desconhecido. No entanto, em alguns momentos, a antiga sede do Corpo de Bombeiros, localizada na Avenida Sete de setembro, era um dos locais onde as mercadorias ficavam armazenadas.

Os camelôs tentavam reaver suas mercadorias, e algumas vezes obtinham um sucesso parcial, pois nunca, conseguiam a totalidade das mercadorias apreendidas. São apontados entraves como a burocratização e a possível desonestidade dos agentes públicos, que, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, desviavam parte da mercadoria que apreendiam.

As estratégias de resistência

No cotidiano das ruas, os camelôs desenvolveram táticas para driblar a ação das autoridades que tinham como principal objetivo a retirada dos camelôs das principais ruas do centro da cidade. Isso repetidas vezes desembocava em tensões de difícil negociação. Para compreender as estratégias de resistência de uma classe que até a década estudada não estava representada por um sindicato, é preciso mergulhar nas explicações sobre a rede social específica dos camelôs.

Para permanecer nas ruas, os camelôs constituíam ligações com atributos de reciprocidade e mutualidade. Defender-se dos agentes públicos, dos ladrões e ter a força para

⁵² Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 28 de outubro de 2016.



voltar depois das ações de apreensão, eram ações que dependiam do relacionamento estabelecido entre os camelôs nas ruas. Deste modo, essas relações eram vitais para o desenvolvimento de suas atividades.⁵³

A resistência dos camelôs estava baseada em astúcias cotidianas, ligadas a estrutura de suas bancas, aos gritos de aviso, a conhecer os horários da fiscalização. Não havia como enfrentar os agentes públicos através do uso da força.

De acordo com Arthur Farias de Castro, no momento das apreensões das mercadorias “muitas das vezes dava para as pessoas se safar e se livrar dava, mas da vez que não dava, quando era pego de surpresa, não tinha como, entendeu? Um monte de fiscal e polícia, como é que o cara vai se meter e brigar tinha que deixar levar entendeu?”.⁵⁴

Todavia, a maior forma de resistência dos camelôs consistia em voltar. Inúmeras notícias revelam a insistência dos marreteiros após a ação dos agentes públicos, como aparece na notícia abaixo: “apesar da limpeza a que as autoridades se propuseram a realizar, livrando as calçadas da presença de marreteiros, ontem pela manhã vários deles ainda vendiam brinquedos de plástico na Avenida Eduardo Ribeiro”.⁵⁵

Mesmo sujeitos as ações truculentas dos Guardas e da polícia, os trabalhadores continuavam insistindo, com o objetivo de que os responsáveis por administrar a cidade não criminalizassem seu ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa apontou que a grande mão de obra vinda para a capital amazonense na década de 1970, não foi totalmente absorvida pelo mercado formal de trabalho, levando diversos trabalhadores a exercerem atividades no comércio informal. A baixa escolaridade foi apontada como um dos fatores determinantes para a exclusão do mercado formal de trabalho e a busca pelo sustento através do comércio nas ruas.

A Prefeitura Municipal de Manaus empreendeu no período diversas campanhas para retirar os camelôs das ruas do centro, apoiada pelos jornalistas e por membros da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), fundada em 1965. A atividade dos camelôs incomodava os comerciantes, membros das elites locais, que utilizavam a imprensa como sua

⁵³ OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Entre árvores e redes: o camelô em Manaus*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

⁵⁴ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

⁵⁵ Jornal A Crítica, Manaus, 11 de dezembro de 1970.



porta-voz. Os prefeitos mostravam-se incumbidos da tarefa de proteger o comércio formal, sob a alegação de que esses lojistas pagavam os seus impostos, contribuindo efetivamente para a economia local.

Havia ainda uma preocupação com a estética e a higiene consideradas substanciais para as cidades que pretendiam se apresentar como modernas. Entre as alegações utilizadas para exigir o fim da atividade dos camelôs, estava à sujeira que causavam e a possível relação entre os camelôs e os delitos ocorridos nas ruas, o que justifica a intervenção de ações policiais.

Diante de tal quadro, a resistência dos camelôs se deu em várias frentes como por exemplo, a desobediência às ordens de desocupação, sempre voltando a comercializar seus produtos, mostrando que os camelôs se recusavam a agir de maneira passiva e buscavam maneiras de agir dentro da ordem economicamente dominante e seu condicionamento disciplinador. Os focos de inconformismos dos camelôs geravam táticas cotidianas de resistência como a estrutura móvel de suas bancas e a criação de uma rede de sociabilidades em seu espaço.

Estar nas ruas exercendo a profissão de camelô, foi um ato de rebeldia, impulsionado pela necessidade de sobrevivência, mas também por um sentimento de pertencimento. Os trabalhadores entrevistados apontaram orgulho no exercício do ofício, esforçando-se para conferir ao seu trabalho o status de atividade digna e honesta, merecida de ser exercida como qualquer outra, mesmo diante de forças que teimavam em afirmar o contrário.



FONTES PARA A PESQUISA

Arquivo

- Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

Fontes Orais

Antônio Feliciano Matos⁵⁶ – viúvo natural de Manaus e pai de três filhos. Há quarenta e seis anos exerce a atividade de camelô no centro de Manaus. Concedeu entrevista nos dias 27 de outubro de 2016 e 03 de março de 2017.

Arthur Farias de Castro – casado, pai de dois filhos, trabalha no centro da cidade desde 1978 e hoje está locado na Galeria Espírito Santo. Concedeu entrevista nos dias 28 de outubro de 2016 e 03 de março de 2017.

Avelino Cosme de Sousa – casado, natural do estado do Amazonas. Considera sua atividade de camelô digna, portanto desde a década de 1970 exerce com muito orgulho esse ofício. Concedeu entrevista nos dias 28 de outubro de 2016 e 03 de março de 2017.

Manoel Brito da Rocha – natural de Manaus, trabalha desde a década de 1970 como camelô. Hoje está locado na galeria Espírito Santo entre as ruas Joaquim Sarmiento e 24 de maio no centro de Manaus. Concedeu entrevista nos dias 29 de outubro de 2016 e 03 de março de 2017.

Raimundo Nonato Teles – casado, pai de cinco filhos, natural de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. Exerce a atividade de camelô no centro de Manaus há 43 anos. Atualmente trabalha na Galeria Espírito Santo. Concedeu entrevista nos dias nos dias 28 de outubro de 2016 e 03 de março de 2017.

Periódicos

- JORNAL A CRÍTICA, Manaus, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1976, 1977, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho no Brasil: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.

⁵⁶ Nomes fictícios para resguardar a imagem dos entrevistados, embora todos tenham assinado devidamente as cartas de cessão de direitos.



- AMARAL, Vinicius Alves do. **Ou a revolta ou a obediência estúpida: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968)**. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- BOTELHO, Antônio José. **Redesenhando o projeto ZFM – um estado de alerta (uma década depois)**. Manaus: Valer, 2006.
- COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)**. Manaus: Valer, 2014.
- COUTRIM, Rosa Maria da E. **Ambulantes e camelôs: passado e presente**. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 24-29, janeiro-fevereiro, 2007.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.p. 111-153.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.
- MENEGOLO, Elizabeth D. da C. W; CACIONILA, J. Cardoso; MENEGOLO, Wallace Leandro. **O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual**. In: *Ciência e cognição*, v. 09, 2-13, novembro de 2006.
- MESQUITA, O. M. *A imagem da cidade*. *Canoa do Tempo (UFAM)*, v. 01, p. 97-119, 2007.
- OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. **Entre árvores e redes: o camelô em Manaus**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.
- OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. **Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus**. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Imprensa Periódica como fonte para a pesquisa sobre os direitos do trabalhador*. In: SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2010, v.1, p. 123-144. p. 124-125.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899/1925)**. 3. ed. Manaus: FUA, 2015.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente?* In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 25-39, fevereiro de 1997.
- PRIORI, Angelo. et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.or>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2000.



SILVA, M. P. M.; MESQUITA, O. M. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque industrial de Manaus.** Manaus: Edua- Editora da Universidade do Amazonas, 2010.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Memórias e Histórias de trabalhadores no Amazonas contemporâneo.** Manaus: EDUA, 2016.

SODRÉ, Werneck Nelson. **História da Imprensa no Brasil: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa.** Disponível em: < <http://www.intercom.org.br>>.

Acesso em: 15 jan. 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. **O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares.** 2006. 190 f. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.